



DIÁRIO

da Assembleia da República

XVI LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2024-2025)

COMISSÃO PERMANENTE

REUNIÃO DE 2 DE ABRIL DE 2025

Presidente: Ex.^{mo} Sr. [Rodrigo Miguel Dias Saraiva](#)

Secretário: Ex.^{mo} Sr. [Jorge Paulo da Silva Oliveira](#)
[Elza Maria Henriques Deus Pais](#)

SUMÁRIO

Deu-se conta da entrada na Mesa do Projeto de Deliberação n.º 20/XVI/1.ª (PAR) — Convocação do Plenário da Assembleia da República para o dia 25 de abril de 2025, que foi de seguida aprovado.

Em declaração política, o Deputado [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP) comparou dados entre um ano de governação da AD e oito anos de governação do PS.

Em declaração política, o Deputado [Pedro Coelho](#) (PSD) apelidou a rejeição da moção de confiança de um golpe com o intuito de derrubar o Governo e levar o País a eleições

antecipadas.

Em declaração política, o Deputado [António Mendonça Mendes](#) (PS) acusou o Governo da AD de aumentar a carga fiscal sobre as empresas e sobre as famílias.

Em declaração política, o Deputado [André Ventura](#) (CH) responsabilizou o Primeiro-Ministro pela crise política, tendo equiparado as governações do PSD e do PS.

Em declaração política, a Deputada [Mariana Leitão](#) (IL), mencionando os recentes dados do RASI, defendeu a necessidade de uma reforma nas forças e serviços de

segurança.

Em declaração política, o Deputado [Fabian Figueiredo](#) (BE) referiu-se aos problemas com que Portugal se debate, sobretudo a nível dos baixos salários e do acesso à habitação.

Em declaração política, o Deputado [António Filipe](#) (PCP) teceu considerações sobre as dificuldades de acesso à habitação e criticou a falta de investimento público nesta área.

Em declaração política, a Deputada [Isabel Mendes Lopes](#) (L) considerou uma prioridade a tomada de medidas de combate à violência contra raparigas e mulheres.

Em declaração política, a Deputada [Inês de Sousa Real](#) (PAN) fez uma resenha das principais iniciativas tomadas pelo PAN ao longo desta Legislatura.

Procedeu-se à apreciação do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito para verificação da legalidade e da conduta dos responsáveis políticos alegadamente envolvidos na prestação de cuidados de saúde a duas crianças tratadas com o medicamento Zolgensma, tendo usado da palavra, a diverso título, os Deputados [Rui Paulo Sousa](#) (CH), [António Rodrigues](#) (PSD), [Cristina Rodrigues](#) (CH), [Joana Cordeiro](#) (IL), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [João Paulo Correia](#) (PS), [Alfredo Maia](#) (PCP), [Joana Mortágua](#) (BE), [Paulo Muacho](#) (L) e [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP).

O Presidente ([Rodrigo Saraiva](#)) encerrou a reunião eram 16 horas e 53 minutos.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Muito boa tarde, Sr.^{as} e Srs. Deputados. Vamos dar início à reunião da Comissão Permanente do dia de hoje.

Eram 15 horas e 5 minutos.

Peço aos Srs. Agentes da autoridade que abram as galerias, para que entrem os cidadãos que tenham pedido para assistir.

Antes de entrarmos na ordem de trabalhos, vou dar a palavra ao Sr. Secretário para a leitura do expediente.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Sr. Presidente, informo a Câmara de que deu entrada, e foi admitido pelo Sr. Presidente da Assembleia da República, o Projeto de Deliberação n.º 20/XVI/1.^a (PAR), uma iniciativa que iremos votar de seguida.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Estamos só à espera de que a Sr.^a Deputada Elza Pais se junte a nós, para ficarmos com a Mesa da Comissão Permanente completa.

Portanto, o primeiro ponto da ordem de trabalhos será exatamente a votação do Projeto de Deliberação n.º 20/XVI/1.^a (PAR) — Convocação do Plenário da Assembleia da República para o dia 25 de abril de 2025.

Temos quórum de votação, por isso vamos votar.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Fica então convocado o Plenário para o dia 25 de abril.

Vamos entrar no ponto dois, que consiste em declarações políticas. São declarações políticas sem pedidos de esclarecimento.

A primeira, do Grupo Parlamentar do CDS-PP, será feita pelo Sr. Deputado João Almeida, que tem até 6 minutos para o efeito.

Pausa.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Sr.^a Deputada, faça favor.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, é só para dar nota de que não me consegui registar, mas estava presente na votação e votei a favor.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Muito obrigado. Ficará registado em ata.

A Sr.^a **Alexandra Leitão** (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Sr.^a Deputada, faça favor.

A Sr.^a **Alexandra Leitão** (PS): — Sr. Presidente, é para o mesmo efeito. Eu e o Deputado Pedro Delgado Alves não nos registámos. E acho que o António Mendes também não.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Os serviços vão olhar para a Sala e vão registar todos os Deputados que estão presentes,...

A Sr.^a **Alexandra Leitão** (PS): — Muito bem. Peço desculpa.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — ... e que são da Comissão Permanente. De todos os grupos parlamentares há situações dessas, e os serviços farão o devido registo dos elementos da Comissão Permanente. Estejam todos descansados.

Vamos então passar à declaração política do CDS-PP.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Desde a última reunião deste Parlamento, foram conhecidos vários dados relevantes, numa altura em que se assinala um ano de funções do Governo.

Foram conhecidos dados relativos às contas públicas, onde se regista um excedente de 0,7 %. Este excedente, que é importante, compara com duas previsões que são muito relevantes também.

O Governo do Partido Socialista, quando fez o seu Orçamento para 2024, previa um excedente de 0,2 % — pouca ambição, comparado com o resultado que o Governo PSD/CDS conseguiu, de mais do triplo desta previsão do Partido Socialista.

Mas mais relevante ainda é a previsão do Banco de Portugal, que, no seu relatório de dezembro de 2024, ou seja, poucos dias antes de o ano terminar, previa não um excedente menor, mas que iria haver défice. Previa o Banco de Portugal, liderado por Mário Centeno, que as contas públicas de 2024 registariam um défice de 0,1 %. Aqui já não estamos perante a pouca ambição do Partido Socialista, estamos perante um catastrofismo irrealista que não tem qualquer sentido.

Mas é importante também registarmos o contributo que este excedente tem para a redução da dívida pública. A dívida pública voltou a valores abaixo de 95 % do PIB (produto interno bruto), ou seja, foi possível, com a gestão do PSD e do CDS, fazer uma redução significativa da dívida pública, que nos põe numa rota de sustentabilidade das contas públicas a médio e longo prazo.

É importante compararmos a situação e percebermos se esta evolução das contas públicas teve ou não teve uma consequência positiva também na economia. E aí registamos um crescimento de 1,9 % no ano de 2024 — 1,9 % é mais do dobro daquele que foi o crescimento médio da zona euro.

Aqui também é importante registar se este crescimento da nossa economia teve ou não teve reflexo na vida concreta de cada português. E aí vamos a indicadores mais precisos: rendimento disponível das famílias aumentou, em 2024, com a governação do PSD e do CDS, 10,5 %, ou seja, as famílias portuguesas tiveram um rendimento mais de 10 % acima do que aquele que tinham tido no último ano de governação do Partido Socialista.

E isso teve outra consequência positiva para o equilíbrio da economia nacional, que foi o aumento da taxa de poupança, um dos indicadores mais preocupantes, ao longo dos anos, em Portugal, que não conseguia um desenvolvimento positivo e que teve, em 2024, um salto de 8,3 % para 12,2 %, aumentando, mais uma vez, para cima de 10 % a taxa de poupança dos portugueses.

Isto foi resultado de um outro dado muito positivo: o aumento do salário médio. Em 2024, pela primeira vez, os portugueses recuperaram, no seu salário, o poder de compra que tinham antes da crise inflacionista. Ou seja, com as medidas do Partido Socialista, nunca os portugueses conseguiram ultrapassar o efeito da crise inflacionista, e foi com a governação do PSD e do CDS que voltaram a ter um rendimento superior àquele que tinham anteriormente. O salário médio atingiu 1777 €, o que é também um dado significativo deste aumento.

Sabemos que estamos num cenário especial, que, resultado de uma crise política, vamos ter eleições, mas é muito importante, antes dessas eleições, sabermos qual é o ponto de situação.

Claramente, este Parlamento, durante um ano, não conseguiu a estabilidade que era necessária ao País. Devemos, em conjunto, assumir que não foi possível, neste Parlamento, dar essa estabilidade, que tivemos momentos em que, claramente, quem podia ter colaborado com a maioria que apoia o Governo não o fez.

Há dois exemplos disso que são claríssimos.

A maioria PSD-CDS queria ter baixado mais os impostos, queria ter baixado impostos para mais gente e baixado mais significativamente.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ei! Não baixaram nenhum! Nem um baixaram!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não foi possível, neste Parlamento, ter maioria suficiente para fazer essa redução mais significativa do IRS (imposto sobre o rendimento das pessoas singulares).

A maioria PSD-CDS queria ter combatido, de forma ainda mais vigorosa, a imigração ilegal. Queria ter criado uma unidade de estrangeiros e fronteiras na PSP (Polícia de Segurança Pública), para poder afastar imediatamente aqueles que ilegalmente estão em Portugal. Não foi possível criar, neste Parlamento, uma maioria suficiente para aprovar essa política mais rigorosa em relação à imigração ilegal.

Mas não foi pela insuficiência deste Parlamento que o Governo falhou. O Governo conseguiu acertar nas contas e na economia;...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sim, sim!...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — ... conseguiu acertar no controlo da imigração;...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sim, sim!...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — ... conseguiu acertar numa política mais dura na segurança contra o crime, que não era uma perceção, era uma realidade; conseguiu acertar na recuperação das carreiras na Administração Pública; conseguiu acertar na valorização das funções de soberania, designadamente na segurança; conseguiu, em relação aos jovens, acertar com a habitação e com o IRS Jovem; conseguiu acertar na habitação para além dos jovens, aumentando e duplicando a construção de habitação financiada pelo PRR (Plano de Recuperação e Resiliência); conseguiu acertar nas obras públicas, decidindo e avançando.

Pois é assim que vamos a eleições. Vamos a eleições de cabeça erguida e estamos na disponibilidade de comparar um ano de governação do PSD e do CDS com oito anos de governação do Partido Socialista. Não nos importa nada a diferença de anos, porque a diferença de trabalho é muito mais significativa e estamos conscientes de que os portugueses a valorizarão.

Aplausos do PSD.

Protestos da Deputada do PS Marina Gonçalves.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — A próxima declaração política é do Grupo Parlamentar do PSD. Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Coelho, que dispõe de até 6 minutos também.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O Pedro Coelho quer dizer que ganhou as eleições na Madeira!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Já há nome para a coligação ou não?

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Já, mas não dizemos.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Só logo à noite?

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Coligação cujo nome estamos legalmente impedidos de dizer.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Comissão parlamentar de inquérito cujo nome estamos legalmente impedidos de dizer.

O Sr. **Pedro Coelho** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Portugal está numa encruzilhada, e não por culpa de quem governa bem, mas por obra de quem gosta de sabotar os que já provaram que fazem bem melhor.

A rejeição da moção de confiança não foi mais do que um golpe com o intuito de derrubar o XXIV Governo Constitucional, liderado por Luís Montenegro,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Mal!

O Sr. **Pedro Coelho** (PSD): — ... e assim atirar o País para eleições antecipadas e para um pântano de incerteza.

Hoje reafirmo aqui, com a força da razão e dos factos: estabilidade e boa governação não são luxos, são o oxigénio de uma nação que quer respirar prosperidade, qualidade de vida, crescimento económico e esperança. E foi precisamente isso, estabilidade e boa governação, o que a Aliança Democrática, contra ventos e marés, deixou ao País, em apenas 11 meses de governação.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, os tempos áureos de Portugal, sob maiorias sociais-democratas ou de coligações PSD-CDS, não surgiram do nada, foram forjados com estabilidade política e lideranças de pulso firme. Esse é o caminho que a AD (Aliança Democrática) propôs resgatar, enquanto outros preferem chafurdar no caos e na desordem.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, a estabilidade política não é negociável, é a espinha dorsal de qualquer sociedade moderna. Sem ela, as empresas tremem, os cidadãos retraem-se e o Estado naufraga em imprevistos. Com estabilidade, florescem o investimento, o consumo e a paz social. Mas estabilidade sem boa governação é mero esqueleto, e a AD deu-lhe vida, deu-lhe músculo, alma e esperança aos portugueses.

Boa governação é transparência, é eficácia, é colocar os cidadãos no coração das decisões, é transformar números em resultados, confiança em esperança e caos herdado em ordem conquistada. Boa governação é resolver os problemas que matam a felicidade das pessoas.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, vamos agora ao que realmente interessa e que tanto dói à oposição. O Governo da AD, em apenas 11 meses, fez mais pelo País do que aquilo que socialistas e geringonças de esquerda conseguiram em décadas, apesar das mãos atadas por uma oposição que esteve sempre mais interessada em conquistar o poder do que em respeitar que quem vence as eleições deve implementar as medidas escolhidas pelos eleitores.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Pedro Coelho** (PSD): — Boa governação é conseguir um excedente orçamental de 0,7 % do PIB em 2024, meio ponto percentual acima da previsão socialista, mesmo com todas as medidas adicionais que fizeram aumentar a despesa, nomeadamente, acordos de carreiras, bónus nas pensões e menos receita, em virtude das alterações fiscais.

Boa governação é reduzir a dívida pública para 94 % do PIB.

Boa governação é promover o crescimento económico, sendo que o PIB cresceu 1,9 % em volume em 2024, quase o dobro do da União Europeia, que foi de 1 %, e acima da previsão míope do PS, que era de 1,5 %. A este propósito, o líder da oposição fala-nos em abrandamento. Se assim é, pergunto: porque crescemos mais do que a Europa e acima das previsões socialistas?

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Bem lembrado!

O Sr. **Pedro Coelho** (PSD): — Boa governação é termos, em fevereiro deste ano, 5,2 milhões de pessoas empregadas, valor mais elevado desde fevereiro de 1998, com uma taxa de desemprego, em termos homólogos, que caiu 0,1 pontos face a fevereiro de 2024.

Boa governação é termos conseguido que, em 2024, a remuneração bruta total mensal média por trabalhador se fixasse em 1602 €, um aumento de 6,3 % relativamente a 2023.

Boa governação é, por exemplo, duplicar a meta de habitação pública para 59 000 habitações até 2030 e isentar de IMT (imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis) e imposto do selo jovens até aos 35 anos.

O Sr. **João Vale a Azevedo** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Boa governação é na Madeira!

O Sr. **Pedro Coelho** (PSD): — Boa governação é imprimir políticas económicas que potenciem o investimento, que cresceu, em 2024, 2,3 %.

Boa governação transmite confiança e credibilidade aos mercados, sendo que recuperámos o *rating* da dívida pública para o critério A. Ou seja, enquanto os mercados nos aplaudem, os socialistas lamentam-se.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, enquanto o PS fala em crise, em abrandamento, nós respondemos com obra feita.

O Sr. **João Vale e Azevedo** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Coelho** (PSD): — Tudo isto — e haveria muito mais — em apenas 11 meses de governação. Com três quartos do Orçamento, com melhoria e com diversas pedras no caminho, o PSD/CDS entregou, para já, aquilo que o PS nunca imaginou e aquilo de que País precisava.

A 11 de março de 2025, a AD desafiou o PS para uma estabilidade e mostrou resultados inúmeros, que não enganam. O PS respondeu com insinuações baratas e o Chega seguiu a mesma estratégia.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, este número artístico de ficção já tem antecedentes. Nos Açores, em 2023, PS e Chega aliaram-se para derrubar Bolieiro; em 2024, o povo escolheu a estabilidade. Na Madeira, em janeiro de 2025, PS e Chega censuraram um bom Governo do PSD; em março, aqueles que censuraram foram censurados e perderam mandatos e votos, e Miguel Albuquerque teve o melhor resultado.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, para concluir, a coligação PS-Chega foi uma emboscada desde o primeiro dia: o PS escolheu o partido em vez das pessoas; o Chega escolheu o caos em vez do País. Mas os portugueses, tal como nos Açores e na Madeira, saberão dar-lhes o troco. A razão está do nosso lado, os factos são as nossas armas e o povo será o nosso juiz.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos passar à declaração política do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que será feita pelo Sr. Deputado António Mendonça Mendes.

Faça favor, tem até 6 minutos para o efeito, Sr. Deputado.

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O Governo da AD aumentou a carga fiscal sobre as empresas e sobre as famílias.

A Sr.^a **Mariana Vieira da Silva** (PS): — Muito bem!

Risos do PSD.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Meu Deus, a sério?!

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — O que, noutros tempos, o ainda Primeiro-Ministro classificava como «esbulho fiscal» é hoje o resultado que tem a AD para apresentar, porque a carga fiscal subiu.

É mesmo muito enternecedor ouvir hoje os responsáveis governamentais e os responsáveis da AD falarem sobre a carga fiscal. Hoje já os ouvimos falar em dinamismo económico, em mercado de trabalho em máximos, em salários a crescer.

O Sr. **João Vale e Azevedo** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — Hoje já os ouvimos falar em contribuições sociais e na sua contribuição para o peso da carga fiscal. Mas, até agora, ainda não ouvimos do Governo e dos responsáveis da AD um pedido de desculpa aos portugueses, porque, objetivamente, estiveram sempre enganados e quiseram deliberadamente enganar os portugueses.

Aplausos do PS.

Não vou poupar nas palavras, porque a palavra conta e deve haver memória. O que os responsáveis da AD disseram na oposição e prometeram na caminhada para o Governo não bate certo com o resultado da carga fiscal que hoje apresentam e com a justificação que à mesma dão. A verdade, Sr.^{as} e Srs. Deputados, nua e crua, é esta: o que o PSD e o CDS têm para apresentar como resultado é a segunda maior carga fiscal do século, repito, a segunda maior carga fiscal do século.

O Sr. **Francisco César** (PS): — Muito bem!

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, nem a habilidade que fizeram nas retenções na fonte de IRS, no final do ano passado, salvou o Governo do falhanço da sua palavra no que respeita à carga fiscal.

Aplausos do PS.

Os portugueses começaram, desde ontem, a perceber que o nível de reembolsos do IRS cai, este ano, de forma substancial face ao ano passado. Muitos passarão de receber reembolso para ter de pagar imposto, e é já nas próximas semanas.

O Sr. **João Paulo Rebelo** (PS): — Ora bem!

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — Não estamos a falar apenas de reembolsos mais pequenos. Estamos a falar de trabalhadores que passam de reembolso a pagamento de imposto.

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — É verdade!

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — E isto está a acontecer por exclusiva responsabilidade do Governo. Este Governo fez uma atualização das retenções na fonte de IRS de uma forma cujo propósito é, a todos os níveis, censurável.

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Muito bem!

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — O Governo fez um truque de ilusionismo fiscal, no ano passado, com a revisão das tabelas de retenção na fonte,...

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Não era o que queriam?

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — E nós bem avisámos!

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — ... um truque de ilusionismo com três propósitos: em primeiro lugar, o de criar a perceção de recuperação de rendimentos dos portugueses e ganhar boas vontades;...

Protestos da Deputada do PSD Isaura Morais.

... em segundo lugar, o de induzir o consumo privado em época natalícia, para apresentar um crescimento do PIB melhor no último trimestre do ano;...

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Muito bem!

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — ... e, em terceiro lugar, o de diminuir o saldo orçamental do ano passado, procurando corroborar o primeiro embuste deste Governo, de que teria herdado contas piores do que aquelas que efetivamente herdou.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, é imperdoável o que fizeram aos portugueses e ao País.

Aplausos do PS.

A conta de IRS que milhares de portugueses terão de pagar nas próximas semanas é o preço da leviandade deste Governo, que a este Governo deve ser cobrado.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, caiu a máscara ao Governo e à AD com a subida da carga fiscal,...

O Sr. **João Vale e Azevedo** (PSD): — Ora bem!...

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — ... como já tinha caído quando prometeram baixar o IRS em 1500 milhões de euros, que, afinal, eram só 300 milhões de euros; como já tinha caído quando disseram que o Orçamento do Estado não aumentava nenhum imposto e, depois, aumentaram os impostos sobre os combustíveis; e cai agora, com os reembolsos de IRS a encolherem, ou com as pessoas a passarem a pagar imposto, já nas próximas semanas. Este é um Governo com uma máscara, mas uma máscara que cai na primeira curva.

Lembre-mos da isenção de IMT para os jovens. Esta isenção de IMT é hoje paga por esses mesmos jovens no aumento que se verificou no preço das casas que compram. Resta dessa política menos receita para o Estado, mais lucro para os agentes imobiliários e casas mais caras para os jovens.

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — Mais caras?!

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, a ilusão fiscal deste Governo é visível e acabou. Quando acaba a ilusão, aquilo que sobra é mesmo a realidade. E a realidade é só uma: as famílias e as empresas pagam mais ao Estado com a AD; as famílias veem os reembolsos de IRS a encolher;...

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — É isso mesmo, vota IL!

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — ... fizeram um IRS para os jovens que é pago por eles e pelos seus pais no aumento dos impostos sobre os combustíveis; fizeram um IMT Jovem que é pago por esses mesmos jovens no preço das casas.

Luís Montenegro dizia, na oposição: «Vamos baixar os impostos sem truques.» Pois bem, a ilusão está desfeita. Aguardamos um pedido de desculpas dos Deputados da AD.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos passar à declaração política do Grupo Parlamentar do Chega. Tem a palavra, dispondo de até 6 minutos, o Sr. Deputado André Ventura.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O País caminha para mais um ato eleitoral nos próximos dias, nas próximas semanas.

Temos hoje a certeza de uma coisa: houve um único responsável por esta crise política, houve um único responsável por esta crise eleitoral. Houve um responsável por se escolher a si próprio, em vez do País.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Esse responsável, que preferiu atirar o País para o conflito político e para a instabilidade, chama-se Luís Montenegro, é Primeiro-Ministro de Portugal e deve ser responsabilizado pelo cenário que criou em Portugal.

Aplausos do CH.

Porém, como em todas as eleições, convém perceber onde chegámos, porque lá chegámos e para onde vamos a partir de agora.

Portugal tem hoje o mais difícil acesso à habitação da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) — quer dizer, para alguns, porque outros compram casas como se fosse mel da feira,...

Risos do CH.

... ou palácios, ou casas mais caras, com toda a capacidade de o fazer, enquanto o português comum não consegue pagar absolutamente nada. É verdade, é em Portugal que hoje é mais difícil adquirir casa em toda a OCDE, exceto para alguns, que conseguem adquirir casas atrás de casas, sem nunca conseguirem explicar como.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Como disse um dia o Tribunal da Relação de Lisboa, «quem cabritos vende e cabras não tem, de algum lado lhe vêm».

Vozes do CH: — Ora!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Cedo ou tarde saberemos de onde lhe vêm.

Mas o País também assistiu a um aumento brutal e significativo de criminalidade nos últimos tempos. Era importante que o Sr. Primeiro-Ministro atendesse a isto: Santarém, mais 33 % de criminalidade grave e violenta; Castelo Branco, mais 30 % de criminalidade grave e violenta; Leiria, mais 28 % de criminalidade grave e violenta.

O País afunda em bandidagem, de norte a sul, capaz de entrar pelas nossas fronteiras, de destruir todo o tecido social e de ameaçar os nossos cidadãos. O que é que fizemos? Endurecemos as leis? Não. Endurecemos as penas de prisão? Não. Fomos atrás deles onde tínhamos de ir? Não. Metemo-los na cadeia mais vezes? Não. Deixámo-los à solta? Deixámos! E hoje temos os nossos que já eram criminosos, os imigrantes que vieram e que também, em muitos casos, cometem crimes e um aumento brutal de redes de tráfico de droga e de tráfico de seres humanos, espalhadas por todos os distritos do País.

Não, portuguesas e portugueses, Luís Montenegro não é a solução. Luís Montenegro é um dos problemas da criminalidade em Portugal.

Aplausos do CH.

O desespero, porém, não deixou de se fazer sentir. Ontem, o Governo veio falar de imigração, finalmente. A 40 dias de a campanha eleitoral cessar e de termos a chamada às urnas, o Governo percebeu o que o Chega anda a dizer há seis anos: temos imigrantes a mais. O Governo percebeu o que o Chega anda a dizer há cinco ou seis anos: os imigrantes têm de ser controlados e as fronteiras têm de ser controladas.

Mas nem no dia da propaganda o Governo conseguiu fazer o que devia, em matéria de imigração. À medida que diz que Portugal se torna, palavras de Leitão Amaro, um dos países da Europa com maior percentagem de imigrantes — palavras de André Ventura, em 2020: «Portugal vai-se tornar um dos países da Europa com maior percentagem de imigrantes» —, mesmo nesse dia, o Governo anunciou uma via verde para a imigração, com a qual, em 20 dias, conseguirão um título de residência.

O Sr. Primeiro-Ministro tem de se entender: ou quer um País controlado na imigração, capaz de pôr fim aos fluxos de imigração, ou quer um País de máfias, de clandestinidade e de bandalheira, que é o que já existe, em grande parte dos distritos deste País. É isso que tem de compreender!

Aplausos do CH.

Hoje, porém, assistimos ao último número deste ilusionismo: um Governo que fingiu estar num Conselho de Ministros, para ir fazer propaganda para o Mercado do Bolhão. Hoje mesmo, nesta ação de propaganda disfarçada de Conselho de Ministros, Luís Montenegro disse que executou um terço das medidas de todo o Programa do Governo — um terço de todas as medidas. Fomos ver qual era o «um terço» destas medidas. Terá sido na descida de IRC (imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas) em 2 %?

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — Não!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não, certamente que não. Terá sido no controlo da imigração? Também não terá sido.

O Sr. **João Vale e Azevedo** (PSD): — Foi!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Terá sido no grande combate à corrupção que iam fazer e no plano que iam apresentar? Certamente que também não. Terá sido na tal modernização administrativa que iam fazer? Também certamente que não. Terá sido na carga fiscal? Os dados chegaram ontem e são muito claros sobre o que aconteceu em Portugal no último ano: a carga fiscal em Portugal atingiu 35,7 % do PIB.

Meus senhores, podem falar em coligações negativas quanto quiserem. Há uma coisa evidente nesta carga fiscal: é que PS e PSD são iguais,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... iguais a sugar os impostos das pessoas para distribuir por quem não quer fazer nada em Portugal. É isso que PSD e PS fizeram ao longo dos últimos anos.

Aplausos do CH.

É por isso que a carga fiscal aumenta sobre empresários e sobre quem trabalha.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Muito bem, vota IL! Tem toda a razão, vota IL!

O Sr. **André Ventura** (CH): — É por isso que a carga fiscal aumenta sobre quem contribui. É por isso que as empresas não têm em Portugal a capacidade de fazer melhor. É porque há dois partidos do sistema que mais não fazem do que sugar, retirar, embolsar e distribuir pelos seus amigos...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... e por aqueles que nunca trabalharam em Portugal.

Aplausos do CH.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, o IRS que hoje começa a ser pago aos portugueses mostra bem ao que chegámos: menos dinheiro, menos reembolsos. É bem o sinal que devem dar a Montenegro: menos Governo, rua daqui!

Aplausos do CH, de pé.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos passar à declaração política do Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Mariana Leitão, que dispõe de até 6 minutos para o efeito.

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — A Mariana vai falar de imigração!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A segurança dos cidadãos é um pilar fundamental de qualquer sociedade livre e desenvolvida e uma condição essencial para a liberdade. Sem segurança não há verdadeira liberdade individual, não há confiança na justiça e não há prosperidade económica.

Infelizmente, os dados mais recentes do *Relatório Anual de Segurança Interna* de 2024 revelam uma tendência preocupante: a criminalidade violenta e grave continua a aumentar em Portugal.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Bem lembrado!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Embora a criminalidade geral tenha diminuído 4,6 %, a criminalidade violenta aumentou, ultrapassando os 14 000 crimes participados. Os casos de roubo por esticção cresceram, os roubos de viaturas dispararam e os crimes de violação aumentaram, atingindo 543 casos, o número mais alto da última década.

Além disso, a delinquência juvenil registou um crescimento de 12,5 %, evidenciando falhas graves na prevenção do crime.

Estes números não podem ser ignorados, e o panorama, embora ainda não seja catastrófico, exige uma resposta rápida, eficaz e adaptada aos tempos atuais.

Por isso, a questão que se impõe é: o que fazer para inverter esta tendência?

O primeiro passo para combater eficazmente a criminalidade é garantir que as forças e serviços de segurança têm os meios necessários para atuar,...

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — É aumentar as penas!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — ... mas a realidade é que hoje os nossos agentes enfrentam falta de recursos, efetivos envelhecidos e dificuldades operacionais.

Num cenário de crescente criminalidade organizada, de criminalidade informática e de novas formas de violência, as forças de segurança não podem continuar a operar com equipamentos completamente ultrapassados. Precisamos de um investimento urgente em tecnologia que permita a deteção precoce de crimes e o combate eficaz à criminalidade organizada.

Infelizmente, ainda observamos que muitas das nossas polícias operam com equipamentos antiquados, o que dificulta a eficácia na resposta a este tipo de criminalidade. Desde viaturas obsoletas a sistemas de comunicação que não são compatíveis com as tecnologias mais recentes, as forças de segurança estão a ser colocadas numa posição em que, muitas vezes, a falta de meios impede uma resposta rápida e eficiente.

Nada disto é novidade, mas pouco ou nada foi feito nos últimos anos.

Além disso, e ainda no âmbito da falta de recursos, uma questão fundamental para a eficácia operacional é a necessidade de equipar as nossas forças de segurança com meios não letais. A utilização de armas de fogo deve ser sempre a última opção, especialmente em situações de confronto com suspeitos ou em operações de controlo de distúrbios públicos.

A utilização adequada de meios não letais pode ser decisiva para resolver situações de risco, minimizando danos e, ao mesmo tempo, garantindo a segurança pública, protegendo a vida tanto dos agentes como dos cidadãos.

Outro ponto essencial para uma reforma eficaz das nossas forças de segurança é a criação de uma carreira administrativa. Atualmente, as forças de segurança enfrentam dificuldades não só na linha da frente, mas também na gestão de processos administrativos, que consomem uma quantidade significativa de tempo e recursos. A burocracia excessiva impede que os agentes se concentrem no combate ao crime e na proteção dos cidadãos.

A criação de uma carreira administrativa especializada dentro das forças de segurança permitiria melhorar a eficiência do trabalho policial, como também permitiria que os agentes de segurança se concentrassem nas suas funções de segurança pública, sem necessidade de se desviarem para tarefas administrativas, e isto permitiria também que as forças de segurança se aproximassem das comunidades que servem.

Por isso, o policiamento de proximidade deve ser uma das principais prioridades da nossa estratégia de segurança. Este modelo permite que os agentes conheçam as realidades locais, estabeleçam relações de confiança e, assim, possam antecipar e prevenir crimes de forma mais eficaz.

A proximidade entre os polícias e as comunidades facilita a identificação de problemas antes que se tornem graves e permite que as forças de segurança construam um relacionamento de confiança mútua.

Este modelo tem demonstrado eficácia na redução de crimes violentos, na diminuição do medo nas comunidades e na resolução pacífica de conflitos.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, a segurança é, sem dúvida, um bem essencial e deve ser tratada com a urgência que ela exige. Para garantir a proteção dos cidadãos é necessário um investimento significativo em meios técnicos modernos e uma reorganização interna das forças de segurança, com a criação de uma carreira administrativa que liberte os agentes da burocracia, permitindo-lhes concentrar-se no combate ao crime.

A Iniciativa Liberal está convicta de que estas são as medidas necessárias para que as nossas forças de segurança possam desempenhar o seu papel de forma eficaz no século XXI.

Estas medidas já podiam ser uma realidade, mas a inércia dos sucessivos Governos não o permitiu e, por isso, a Iniciativa Liberal o propôs nesta Legislatura e continuaremos, obviamente, a insistir nestas propostas no futuro, até que se tornem uma realidade.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos passar à declaração política do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda. Tem a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo, que dispõe de até 6 minutos para o efeito.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Portugal é um país extraordinário,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Isso é verdade!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — ... o que nos leva a sermos visitados anualmente por milhões de pessoas. Em 2024, foram mais de 30 milhões de hóspedes e quase 20 milhões de turistas.

Os motivos são conhecidos: somos um dos países mais seguros do mundo, paisagisticamente diverso, com muitas horas de sol, clima ameno, praias acessíveis, boa gastronomia, um povo acolhedor.

Promover o destino de Portugal não é, de longe, uma das tarefas mais difíceis com que um publicitário se pode confrontar; é mesmo daqueles casos em que o produto se vende por si próprio.

O peso do turismo no PIB português bate um recorde atrás do outro. Atualmente já pesa quase 13 %, o que corresponde a mais de 30 mil milhões de euros. Somos o 5.º país do mundo em que o turismo mais pesa no PIB. Apesar disso, o Governo pretende que o turismo chegue mesmo a 20 % do PIB, 14 vezes a Autoeuropa.

Para os próximos anos, está prevista a abertura de 200 novos hotéis, 82 na Área Metropolitana de Lisboa, 54 só na cidade de Lisboa, correspondendo a um aumento de 16 % da capacidade hoteleira numa cidade que já tem 334 hotéis. No Porto, devem abrir 122 novos hotéis, correspondendo a um aumento de mais de 60 % da oferta atualmente existente.

A estes dados extraordinários somam-se outros igualmente extraordinários: o investimento imobiliário cresceu 54 % em 2024, fixando-se em 2,3 mil milhões de euros; os fundos de investimento imobiliário atingiram níveis recorde de rentabilidade de 34 %; os fundos nacionais gerem um valor histórico de 15,5 mil milhões de euros — aliás, só um pequeno fundo do BCP (Banco Comercial Português) valorizou uns extraordinários 2600 %. Não é por isso de estranhar que os maiores bancos atinjam lucros extraordinários de 5,5 mil milhões de euros. Os extraordinários mercados imobiliário e turístico criam excêntricos todos os dias, mas, tal como no Euromilhões, o prémio só sai a poucos.

Em Portugal, quem constrói as casas, limpa os hotéis, atende nos cafés e nos restaurantes, trabalha nos supermercados, mete a economia a funcionar e os serviços públicos a responder, tem uma vida extraordinária.

Extraordinariamente difícil! Entre um turno e o outro, corre-se contra o ponteiro dos relógios, disfarça-se o cansaço, faz-se uma ginástica extraordinária para conciliar a vida profissional e familiar, para esticar o salário até o fim do mês, faz-se, não poucas vezes, mais uma hora extraordinária para as despesas ordinárias.

Em Portugal, mais de metade dos trabalhadores ganha entre 800 e 1000 €, a renda da casa leva quase o salário todo, quando não o leva mesmo todo. As famílias gastam 40 % do seu orçamento mensal em habitação. Lisboa é mesmo das capitais europeias mais caras da Europa.

A OCDE mete-nos no pódio dos países em que é mais difícil comprar casa. O preço médio de uma casa em Lisboa é 360 000 €, 360 meses de salário para a pagar. A renda média em Lisboa é de 1220 €, mais de um salário inteiro.

Quem é que entre os milhões de trabalhadores e trabalhadoras, que metem todos os dias o País a funcionar, consegue pagar uma casa? Nós conhecemos a resposta. Este País de gente extraordinária, que faz do dia a dia um combate extraordinário, sai de casa dos pais cada vez mais tarde, divide a casa até aos 40, depende de apoios sociais para arrendar uma casa, vive na rua ou numa barraca, mesmo trabalhando todos os dias.

A extraordinária crise da habitação, que a direita agravou, não necessita, no entanto, que inventemos medidas extraordinárias. É só mesmo aprender com os melhores exemplos europeus, com a maioria dos países da OCDE que intervêm no mercado de arrendamento, com as medidas aplicadas na Alemanha e nos Países Baixos, que impõem limites nas rendas, com as várias cidades europeias que regulam, de forma eficaz, o turismo, com quem enfrenta a especulação imobiliária e taxa a banca para investir em habitação pública a custos acessíveis.

Baixar as rendas, baixar o preço da casa, está à distância da coragem da decisão política. É para isso que o Bloco de Esquerda cá está, que cá estamos, todos os dias, para ter a coragem de responder à maioria deste País, que todos os dias faz coisas extraordinárias, apesar das dificuldades que carrega às costas, todos os dias, de forma extraordinária.

Aplausos do BE.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O Livre podia ter batido palmas ao BE. São iguais!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Não são nada!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos passar à declaração política do Partido Comunista Português. Tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe, que dispõe de 6 minutos.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O acesso à habitação é uma emergência social em Portugal.

Um estudo divulgado recentemente pela Cáritas refere que, em 2023, havia 13 000 pessoas a viver em situação de sem-abrigo, mais do dobro em comparação com 2018. Em 2023, quase 5 % da população vivia em sobrecarga das despesas de habitação e, em simultâneo, aumentou para 12,9 % a taxa de sobrelotação de habitação. A taxa de privação severa das condições de habitação aumentou para 6 %, depois de ter estado nos 4,1 %, em 2019.

São as crianças e as famílias com rendimentos mais baixos que registam maior privação severa das condições de habitação e isso impede que haja igualdade de oportunidades e influencia toda a sua vida futura.

O acesso a uma habitação adequada é uma das razões que sustenta a permanência muito maior dos jovens em casa dos pais em Portugal, em comparação com os restantes países europeus.

Um estudo realizado pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra revela que mais de 70 % das pessoas que vivem numa casa arrendada estão com dificuldades em pagar a habitação.

A situação do País em matéria de acesso à habitação é o retrato fiel das consequências das políticas de direita:

Com 3 milhões e 400 mil trabalhadores a ganhar menos de 1000 € por mês;

Com o preço das casas a duplicar em poucos anos e a atingir preços incompatíveis com os rendimentos da esmagadora maioria dos portugueses;

Com a precarização dos contratos de arrendamento, a facilitação dos despejos e o aumento especulativo das rendas, em consequência da famigerada lei das rendas, que tanto o PS como os partidos da direita se recusam a alterar;

Com a liberalização do alojamento local;

Com a manutenção dos vistos *gold*;

Com a manutenção do regime fiscal mais favorecido dos estrangeiros ricos chamados de «residentes não habituais»;

Com a falta de investimento público em construção de habitação;

Com tantas casas devolutas nas mãos de fundos imobiliários, sem gente, e com tanta gente sem casa que possa comprar ou arrendar;

Com demolições à moda do PS de Loures, sem dó nem piedade de quem não tem onde viver;

Com o caos gerado pelo IHRU (Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P.), que suspendeu e reduziu dezenas de milhares de pagamentos de apoio público à renda e prestação de contratos de crédito sem, pelo menos, um aviso prévio e sem justificativa legal aos cidadãos afetados;

Com as candidaturas ao programa Porta 65 Jovem, de setembro de 2024, ainda sem resultados conhecidos nem subvenções pagas, não obstante o próprio programa ter definido um prazo de 45 dias para comunicar os resultados das candidaturas. Já em 2023 se tinham verificado atrasos significativos, tendo os candidatos de setembro desse ano recebido os resultados apenas em fevereiro de 2024 e, no caso das candidaturas de continuidade, recebido o apoio com um atraso de três meses face aos anos anteriores. Agora, em abril de 2025, ainda não são conhecidos resultados ou previsão da sua publicação;

Com o arrastamento de situações como a dos moradores das torres da Fidelidade, em Santo António dos Cavaleiros, que foram vendidas a uma imobiliária sem acautelar a situação dos respetivos moradores que agora, de forma inaceitável, são ameaçados de despejo;

Com as ameaças permanentes de demolição de habitações precárias de quem não tem mais onde morar, como acontece nas Marinhas do Tejo, no concelho de Loures.

Se a política de habitação que tem sido seguida nos últimos anos não for travada, o País ameaça voltar aos anos 80 do século passado, quando os bairros de barracas eram a imagem de marca das áreas metropolitanas.

Agora, 30 anos depois do Programa Especial de Realojamento, o que estamos a assistir é à execução de um programa especial de desalojamento pela mão de sucessivos Governos.

A pobreza e o aumento das desigualdades não caem do céu nem são fruto do acaso. A crise da habitação também não. São o resultado de políticas de aumento da exploração dos trabalhadores, de baixos salários e de poucas reformas, de incentivo à especulação imobiliária e aos lucros da banca à custa dos rendimentos das famílias, de incentivo a uma sociedade que enriquece alguns em vez de distribuir a riqueza criada.

O que o País exige é uma política de habitação em que o Estado assuma as suas responsabilidades: na promoção direta de habitação pública acessível; na regulação do mercado habitacional, garantindo a estabilidade dos contratos de arrendamento e a limitação dos aumentos das rendas; na limitação dos lucros injustificados da banca à custa das famílias endividadadas; na regulação do alojamento com fins turísticos; na eliminação de benefícios fiscais injustificados aos estrangeiros ricos, que fazem aumentar de forma exorbitante os preços da habitação em Portugal.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, hoje, dia 2 de abril, dia em que passam exatamente 49 anos sobre a aprovação da Constituição da República,...

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Muito bem! Bem lembrado!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — ... é preciso lembrar que o artigo 65.º, que consagra o direito de todos a uma habitação digna e o dever do Estado de a assegurar, não pode continuar a ser esquecido pelos Governos.

O PCP não o esquece e assume de pleno essa responsabilidade perante o povo português.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos passar à declaração política do Grupo Parlamentar do Livre. Tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes, que tem até 6 minutos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E o Rui Tavares?! Deve estar na televisão a ganhar mais algum!

Risos de Deputados do CH.

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A violência sexual é um problema antigo, transversal e estrutural. Há séculos que as mulheres, jovens e adultas, gritam contra a violência de que são vítimas. E não é uma coisa isolada, é algo transversal.

Quantas de nós, desde pequenas, fomos alvos de assédio na rua, nos vimos em situações desconfortáveis quando, muitas vezes, do outro lado, nem sequer há essa percepção do desconforto, dessa sensação de insegurança?

Eu consigo afirmar, sem qualquer dúvida, que todas nós, em determinada altura das nossas vidas, ou em várias alturas das nossas vidas, passámos por situações de violência sexual.

E sabemos que estamos muito longe de resolver este problema, como nos mostram os números aterradores da violência doméstica, como nos mostra o aumento da violência no namoro, como nos mostra o aumento do discurso de ódio nas redes sociais, como nos mostram as notícias dos últimos dias.

O aumento do número de violações sexuais e o número preocupante de violações sexuais praticadas por adolescentes mostra como temos um problema sério de desigualdade, de misoginia, de não respeito pelo outro, de completa desconsideração por raparigas e mulheres.

É que não estamos a falar de casos isolados: falamos de uma convivência transversal com este desprezo, esta desconsideração, esta violência contra as mulheres.

Não são apenas os agressores que estão aqui em causa; é também quem assiste e nada faz, quem assiste e quem acha normal. São os milhares de pessoas que viram o vídeo da suposta violação em Loures nas contas de três *influencers* e que não a denunciaram. São os milhares de pessoas que viram os anúncios de Dominique Pelicot para homens desconhecidos violarem a sua, agora, ex-mulher, e nunca a denunciaram. São os 70 000 homens que estão num canal do *Telegram* onde se partilham fotografias, vídeos não consentidos de raparigas e de mulheres, algumas delas menores de idade, e onde se fazem os comentários do maior nojo possível. Se calhar nem todos partilham, nem todos comentam, mas estão lá, são coniventes com aquele ódio diário, com aquela forma de olhar para as mulheres como algo abaixo de objeto, que serve apenas para usar, abusar e violentar. E este é apenas um dos canais, porque existem milhares de canais por essas redes fora.

A violência contra as mulheres, contra as pessoas particularmente vulneráveis, incluindo crianças, jovens e mulheres trans, por exemplo, vem diretamente da tolerância social e transversal que existe em relação ao sexismo.

A violência não é inata. A violência é aprendida, é mimetizada, é transmitida geracionalmente. E é por isso que temos de tratar este assunto com a dimensão que ele tem, de forma transversal e estrutural, e é por isso que falamos tanto da importância da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento, Sr.^{as} e Srs. Deputados. Até porque uma sociedade com maior igualdade é também uma sociedade melhor para mulheres e também para homens.

Há alguma dúvida de que muita da violência contra as mulheres vem, também ela, de um lugar de sofrimento muito profundo?

A série *Adolescência*, falada em todo o mundo, é um grande exemplo do problema que temos em mãos e de como o que temos não serve ninguém, não é bom para ninguém. É mortal para raparigas e é terrível para rapazes.

É que nós precisamos mesmo de falar e, sobretudo, de agir sobre isto. E há muito para fazer.

O Código Penal precisa de ser revisto, precisam de ser alargadas as penas e, sobretudo, os prazos de prescrição. Precisamos de incluir novos tipos de criminalidade que todos os dias são praticados, quer no formato físico, quer no formato digital. Há crimes que precisam de mudar de nome para corresponder ao conhecimento que existe atualmente.

É preciso também abordar o trauma, o trauma que a violência deixa como marca profunda nas vítimas e nas pessoas da sua confiança, as famílias, os amigos, as comunidades. Este trauma tem de ser reconhecido, tem de ser abordado, para quebrar os ciclos de violência e para apoiar as vítimas.

Temos de ter centros de atendimento e apoio especializado para as vítimas, com meios financeiros e humanos, sim.

E também a justiça, as forças de segurança e a saúde são áreas-chave na resposta e na reparação. É preciso mais formação para profissionais e é, sobretudo, preciso reconhecer que este é um problema transversal e que não pode ser de forma nenhuma desvalorizado nem passar impune, como muitas vezes passa.

E temos mesmo, também, de falar sobre o problema da *internet* e das redes sociais, que levam à misoginia, que levam o ódio, que levam a desumanização para dentro dos quartos de tantos adolescentes sem as famílias darem conta.

Há pouco dizia que este problema não é bom para ninguém, mas, na verdade, menti. Este problema é muito bom para quem lucra com o discurso de ódio, para quem se aproveita do sofrimento alheio para enriquecer. E há muita gente a enriquecer com o sofrimento alheio.

O *online*, as redes sociais, quem as utiliza e quem as detém, tem de ser monitorizado, tem de ser responsabilizado, não só pela produção e circulação de material ofensivo, discriminatório, violento, ilegal, mas também porque dá dinheiro, pela capitalização financeira e mediática que permite que exista esta divulgação e a partilha destes conteúdos.

Hoje é dia 2 de abril e celebramos 49 anos da aprovação da nossa Constituição, mas, na verdade, estamos ainda longe de uma verdadeira igualdade em Portugal.

Temos muito para fazer para combater esta violência contra as mulheres e devemos ter esta prioridade. Devemos esta prioridade às vítimas e a todas as meninas, raparigas e mulheres, e também rapazes, que têm o direito a viver livres no nosso País.

Aplausos do L, do PS e da Deputada do PSD Dulcineia Catarina Moura.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos para a última declaração política, que é da Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, do PAN.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É mesmo a última! É mesmo a última vez!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Tem também até 6 minutos.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Não posso deixar de começar esta intervenção sem evocar o 49.^o aniversário da aprovação da nossa Constituição.

Embora alguns neste Parlamento queiram e já tenham dito que o lugar da Constituição era no caixote do lixo, a verdade é que a Constituição da República Portuguesa continua a ser um farol para a liberdade, para os direitos fundamentais, e continua a ser a garantia de um Estado social forte, que toma partido a favor do direito à saúde, do direito à educação e do direito à habitação. Continua também a ser a porta para uma economia com justiça social e sustentabilidade, para um País com mais solidariedade intergeracional e que respeita o ambiente.

Assim, levarmos o pioneirismo da Constituição para a vida das pessoas, explicar-lhes como queremos fazer deste pioneirismo realidade nas suas vidas, deve ser um guião e um ponto de partida para todos os partidos do campo democrático na campanha que agora se aproxima e na próxima Legislatura.

Mas, no final de um ciclo político e na antecâmara de mais uma campanha eleitoral, é essencial que cada força política diga ao País o que é que andou a fazer neste ano de trabalho parlamentar.

O PAN termina a Legislatura com a consciência tranquila de ter sido, pela segunda vez consecutiva, o partido mais produtivo do Parlamento, com 250 propostas apresentadas.

A nossa capacidade de construir consensos para melhorar o País ficou visível quando, no Orçamento do Estado, aprovámos 46 propostas e fomos mesmo o partido da oposição que mais propostas aprovou.

A vontade do PAN em construir consensos fica patente quando, no processo legislativo, aprovámos também 63 propostas, sendo de longe o partido com a melhor média de aprovações por Deputado e tendo inclusive aprovado um maior número de propostas do que o Governo e o próprio PSD e CDS, que o suportam.

E não são apenas números, são sim medidas que fazem a diferença na vida das pessoas e do País. Senão, vejamos: num País em que os políticos nem sempre mostram capacidade de proteger a natureza e os recursos naturais, como estamos a ver com a tentativa de abate dos jacarandás na Avenida 5 de Outubro, por Carlos

Moedas, com a carta branca dada, no mês passado, também pelo Governo da AD, para que se iniciem sondagens na Mina do Barroso, ou com a aprovação do Simplex ambiental do anterior Governo, que tem legitimado o abate de milhares de sobreiros para a construção de centrais fotovoltaicas, foi precisamente o PAN que conseguiu fazer de Portugal o primeiro país a aprovar uma moratória que impede a mineração em mar profundo até 2050, protegendo os nossos oceanos, os seus recursos, os ecossistemas e a biodiversidade.

Também neste Parlamento, o PAN conseguiu afirmar o direito das gerações futuras a um clima estável, garantindo que a construção do aeroporto de Alcochete, o alargamento previsto para o Aeroporto Humberto Delgado ou o aeródromo de Cascais sejam sujeitos a avaliações de impacte ambiental.

Mas, Sr.^{as} e Srs. Deputados, não esquecemos também o que se passa lá fora. Vivemos num país em que a violência sexual continua a ser uma marca negra na vida das mulheres, raparigas e meninas e onde continua tanto por fazer, como, aliás, vimos na semana passada, com a preocupante impunidade do abjeto caso de violação de uma rapariga de 16 anos em Loures.

Olhando para o RASI (*Relatório Anual de Segurança Interna*) deste ano, vemos que o número de violações aumentou 9,9 %, que o abuso sexual continua a ter números muito preocupantes e que as redes sociais e as aplicações digitais estão a assumir-se cada vez mais como um instrumento de violência sexual.

E embora esta tenha sido a legislatura mais curta da história da nossa democracia, a verdade é que, pela mão do PAN, conseguimos garantir que a violência sexual baseada em imagens pudesse passar a ser denunciada no portal da Queixa Eletrónica, que as vítimas de assédio pudessem contar com um guia que lhes diga quais os seus direitos e como os defender, ou que o SNS (Serviço Nacional de Saúde) desse às vítimas de abuso sexual ou de violação *kits* de emergência com os bens essenciais após a realização de exames forenses.

Sabemos que há ainda um longo caminho, e esta não pode ser uma temática esquecida entre os *faits-divers* das candidaturas, mas é importante que as vítimas saibam que contam com este Parlamento para fazer avanços e que contam, como contaram até aqui, com o PAN.

Não deixamos também de fora a saúde mental. Conseguiu-se, precisamente pela mão do PAN, que o rácio de um psicólogo passasse a ser de um para cada 500 alunos, assim como os direitos das crianças deram passos para que deixássemos de ter mulheres que nunca foram meninas ao aprovar uma lei que reforça significativamente a possibilidade de intervenção das comissões de proteção de crianças e jovens no caso de casamentos infantis, precoces ou forçados.

Voltemos ao RASI. Quando tanta polémica se gera em torno da segurança, sabemos que existiram mais de 37 000 inquéritos de violência doméstica e que este, sim, continua a ser o crime com o maior número de participações registadas.

Também aqui o PAN fez a diferença no Parlamento, ao incluir no Orçamento do Estado uma verba que visa garantir o acesso das vítimas de violência doméstica à habitação através do Porta 65 e garantir também a adaptação das casas-abrigo, por forma a permitir o acolhimento dessas vítimas com os animais de companhia, para que ninguém, nenhuma vítima, tenha de ficar para trás.

Mas também, num País onde 95 % das crianças em risco estão institucionalizadas e onde há apenas 5 % de famílias de acolhimento, o PAN conseguiu consagrar a possibilidade de estas famílias poderem adotar as crianças que acolhem, bem como um leque de importantes novos direitos para as crianças, que vão desde a garantia de acompanhamento de terapeuta ao acesso às creches e terminam com a criação de um canal de denúncias para as crianças institucionalizadas.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, são números que fazem a diferença, incluindo no que diz respeito ao aumento da prestação social de inclusão que, a partir do próximo ano, vai dar a mais de 150 000 famílias com membros do agregado portadores de deficiência e em situação de vulnerabilidade económica o justo aumento do rendimento mensal de 79 €.

E num País onde há pouco mais de um ano se discutia se era inconstitucional criminalizar os maus-tratos a animais, em que há mais de 40 000 animais de companhia acolhidos anualmente e onde sabemos que, pela mão deste Governo, a vontade era voltar a abater, foi pela mão do PAN que conseguimos a maior verba de sempre no Orçamento do Estado, porque travámos os recuos que esta governação da AD pretende promover no nosso País.

Esta foi uma legislatura intensa, muitas das propostas que aqui discutimos ficaram pelo caminho. Agora, aquilo que nos caberá, é fazer destas medidas realidade e fazer de Portugal um país melhor para as pessoas, animais e natureza na próxima...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Chegamos, assim, ao fim do ponto das declarações políticas.

Vamos entrar no ponto seguinte, que consiste na apreciação do relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito para Verificação da Legalidade e da Conduta dos Responsáveis Políticos Alegadamente Envolvidos na Prestação de Cuidados de Saúde a Duas Crianças Tratadas com o Medicamento *Zolgensma*.

Este debate tem uma grelha adaptada, porque vai começar com duas intervenções. A primeira intervenção é do Sr. Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, que terá até 3 minutos, a que se segue uma intervenção do Sr. Deputado Relator,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Qual?!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — ... também de 3 minutos.

Depois dessas duas intervenções, entramos numa grelha, vamos dizer «normal», das intervenções dos grupos parlamentares. São conhecidos os tempos dessa grelha e a ordem das intervenções será por ordem de inscrição, consoante elas forem chegando à Mesa.

Vamos, então, dar início às intervenções. Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Paulo Sousa, enquanto Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, com até 3 minutos para o efeito.

O Sr. **Rui Paulo Sousa** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Esta é a minha última intervenção como Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito para verificação da legalidade e da conduta dos responsáveis políticos alegadamente envolvidos na prestação de cuidados de saúde a duas crianças gémeas — sublinho: gémeas — tratadas com o medicamento *Zolgensma*. Esta também foi a última vez que disse o nome completo desta CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito)...

Risos do Deputado do CH Pedro Pinto.

... por imposição de um tribunal à Assembleia da República.

Esta Comissão, constituída potestativamente pelo Grupo Parlamentar do Chega, tomou posse e iniciou os seus trabalhos no dia 22 de maio de 2024. Durante este período foram realizados 40 plenários desta Comissão, efetuadas 19 reuniões de Mesa e Coordenadores e realizadas 37 audições públicas a depoentes, num total de 78 horas e 54 minutos.

Todo este trabalho só foi possível, em primeiro lugar, devido à dedicação e empenho dos funcionários dos Serviços da Assembleia da República e dos assessores dos grupos parlamentares. A todos quero deixar o meu agradecimento e reconhecimento pelo seu excelente trabalho.

Em segundo lugar, quero agradecer aos Srs. Deputados membros desta CPI a forma dedicada, exemplar e digna com que sempre pautaram o seu trabalho e participação nesta Comissão e a forma como sempre colaboraram na boa condução dos trabalhos. Não posso, também, deixar de agradecer ao Sr. Presidente da Assembleia da República e ao seu Gabinete toda a colaboração prestada.

Esta foi uma Comissão pautada também por questões legais, sendo uma delas os diversos pareceres pedidos no seu âmbito, todos eles tendo como objetivo verificar os poderes das comissões parlamentares de inquérito quanto à possibilidade de solicitar a pessoas singulares determinado tipo de comunicações.

Estes pareceres tiveram efeito negativo nos trabalhos desta Comissão, no sentido da imposição de limites na obtenção da informação relevante para a condução dos trabalhos da mesma, e não afetaram só os trabalhos desta Comissão, como também de todas as outras que foram constituídas após esta CPI. É preciso não esquecer que a impossibilidade de obter determinadas provas, especialmente no que diz respeito a comunicações digitais, torna difíceis os trabalhos de qualquer comissão parlamentar de inquérito.

Por fim, para além da questão dos pareceres, foram intentadas duas ações judiciais pela mãe das crianças contra a Comissão Parlamentar de Inquérito e contra a Assembleia da República. Ambas tiveram como principal objetivo intimidar e condicionar os trabalhos da CPI e dos seus Deputados tentando, por um lado, impedir por parte desta Comissão a obtenção de documentação relativa ao objeto de inquérito — documentação essa que foi sempre obtida de forma totalmente legal — e, por outro lado, tentando obrigar a Assembleia da República e a Comissão Parlamentar de Inquérito a mudar o seu nome, eliminando a referência à palavra «gémeas».

Sr.^{as} e Srs. Deputados, não posso terminar esta última intervenção como Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito sem dizer que, para mim, foi uma honra e um privilégio ter sido Presidente desta CPI. Desde o início da mesma, e durante toda a sua duração, tentei sempre agir de forma digna, independente e isenta na condução dos seus trabalhos, tendo tido sempre com principais objetivos a eficácia...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Tem agora a palavra o Sr. Deputado Relator António Rodrigues, que tem até 3 minutos para o efeito.

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Pela primeira vez me dirijo a este Plenário na condição de Relator da Comissão Parlamentar de Inquérito,...

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — ... uma vez que o Relator inicial não pôde concluir os seus trabalhos,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ei!...

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — ... porque a Comissão entendeu não o fazer.

Protestos de Deputados do CH.

Não obstante, e deixemos isto claro, deixo o meu cumprimento especial à Sr.^a Relatora,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ah, sempre é relatora!

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — ... porque teve o trabalho de realizar o relatório, o que consideramos um trabalho digno, ainda que dele discordemos. Foi isso que levou a que a Comissão Parlamentar de inquérito, porventura pela primeira vez, tenha chumbado um relatório na globalidade,...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Por ser do Chega!

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — ... relativamente a esta matéria. Isto preocupou-nos desde o princípio...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Vá, diga a verdade: o vosso relatório já estava feito!

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — ... porque os trabalhos de uma comissão parlamentar de inquérito têm uma base, um fundamento: serem imparciais e tentarem indagar dos factos que presidem à matéria e que deram origem à comissão de inquérito. E nós tentámos fazê-lo até ao fim.

No entanto, não tendo sido possível aprovar o relatório inicial, apresentou-se um relatório alternativo elaborado por um conjunto de Deputados, nomeadamente do PSD, que teve o cuidado de tentar, no que respeita aos factos, ser o mais rigoroso possível, nos termos de todas as audições que foram realizadas e nos termos

do que também aqui já foi referenciado pelo Presidente da Comissão, a quem saúdo e cumprimento pela imparcialidade com que dirigiu os trabalhos — e, não posso deixar de o realçar —, uma vez que a tarefa não era fácil.

O relatório, no seu final, dividiu-se em três partes fundamentais: a primeira factual, em que, como vos disse, tentámos fazer um trabalho imparcial na decorrência das 37 audições que foram realizadas; depois as conclusões respetivas; e, por último, as recomendações em termos de futuro.

No que diz respeito à parte factual, ela deriva e consta do mesmo documento, mas na parte das conclusões havia, e há, um conjunto de circunstâncias e um conjunto de áreas sobre as quais nos debruçámos com grande cuidado e com grande atenção, nomeadamente no que dizia respeito, ao que constava do objeto inicial da CPI, as questões da nacionalidade, do envolvimento da Casa Civil da Presidência da República, da intervenção do Ministério da Saúde e do envolvimento do grupo Lusíadas Saúde, do percurso do tratamento no Hospital de Santa Maria e, finalmente, no conjunto das questões que tinham a ver com o financiamento dos próprios hospitais nos tratamentos desta natureza e desta dimensão.

Do conjunto das conclusões — não só as que advieram do relatório apresentado pelo PSD, mas também as propostas, que foram aceites, por parte do Partido Socialista e do PAN, e que contribuíram para o melhoramento do próprio relatório —, não posso também deixar de realçar o cuidado e a atenção que todos tiveram nas propostas apresentadas.

No seu conjunto, julgamos que o trabalho feito por todos os Deputados tentou dignificar esta Assembleia. Aquilo que decorre de todo o relatório é exatamente isso: de uma forma imparcial, encontrar conclusões que tenham a ver com os factos, e apenas e só com os factos, e não com uma qualquer leitura política que se pudesse ter tido inicialmente a vontade de realçar.

Foi nesse sentido que concluímos o trabalho, foi nesse sentido que assumimos a apresentação do relatório alternativo e foi com esse propósito que, no final, aprovámos...

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O vosso relatório está feito há meses!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Registe-se a sintonia entre o Deputado Relator e o Presidente da Comissão, ao não conseguirem terminar, por 1 segundo, a tempo.

Risos do CH.

Vamos entrar nas intervenções dos grupos parlamentares. A primeira será feita pela Sr.^a Deputada Cristina Rodrigues, do Chega, que tem até 5 minutos para o efeito.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ouçam lá o silêncio... Já sabem o que vão levar!

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Sr. Deputado António Rodrigues, queria esclarecer já um ponto inicial.

De facto, este relatório não é um relatório do Chega, mas certamente também não é um relatório do PSD,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — ... porque a parte do apuramento dos factos, que veio aqui dizer que foi isenta, não foi aprovada. A que foi aprovada foi a proposta de alteração do Partido Socialista, que dizia que devia ser feita a transcrição de todas as atas. Portanto, não é o relatório do Chega, não é o relatório do PSD,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — ... mas, muito pior, não é o relatório da verdade.

Aplausos do CH.

Queria começar por um caso específico: o caso da Maria, que tem 4 anos e tem a mesma doença das gémeas luso-brasileiras.

Em fevereiro, foi noticiado que para angariar fundos para as terapias, em Santarém, se fez uma paelha gigante. A mãe de Maria diz que não tem apoios suficientes do Estado nem para metade das necessidades da menina. Maria, filha de pais portugueses, a viver em Portugal.

Já as gémeas luso-brasileiras, que tinham cartão de cidadão há 5 minutos, chegaram, entraram no SNS, tiveram direito a acompanhamento médico de excelência, produtos de apoio, cadeiras elétricas em dobro, fisioterapia e o medicamento milionário Zolgensma. Os pais destas crianças nunca contribuíram com 1 € para o Estado português.

Vozes do CH: — Muito bem!

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — Obtiveram a nacionalidade com o fito de obter o medicamento, como, de resto, ficou evidente nesta CPI.

Mas sabem qual é a diferença, Srs. Deputados, entre estas gémeas e a Maria? É que os pais da Maria não são amigos do filho do Presidente da República.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — E é aqui que tudo começa, é aqui que as conclusões do relatório falham redondamente: a atuação do Presidente da República não foi especial, foi abusiva.

Vozes do CH: — Muito bem!

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — Portanto, os Srs. Deputados, ao negarem essa evidência, tornam-se cúmplices desse abuso.

Aplausos do CH.

A prova obtida nesta CPI é mais do que suficiente para compreender o que aconteceu: Nuno Rebelo de Sousa, ou «Pistolão»,...

Vozes do CH: — Muito bem!

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — ... como preferirem chamar, queria ajudar os seus amigos.

Risos de Deputados do CH.

Escalou a situação quando entrou em contato com o seu pai, que por acaso é o Presidente da República, e por isso, sim, houve discriminação no tratamento e foi praticada por aquele que deve ser o garante do funcionamento regular das instituições e por isso também, sim, o Presidente da República teve uma atitude especialmente censurável.

Vozes do CH: — Muito bem!

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — Para concretizar essa ajuda, precisou, no caso, de Lacerda Sales que, bem sabendo das dificuldades a nível orçamental do Hospital de Santa Maria, bem sabendo que havia outros pedidos nas mesmas circunstâncias, decidiu usar o seu poder e obrigar uma médica a admitir para tratamento duas crianças que já estavam salvas, medicadas e acompanhadas noutra país. Tudo para agradar à família Rebelo de Sousa.

Portanto, estas duas interferências políticas são claras como água e, por isso também, durante toda a CPI, PS e PSD esforçaram-se por tentar dificultar o processo de obtenção de documentos,...

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — A sério?! Eu?! Se não fosse eu, meus amigos...!

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — ... desviar a atenção das responsabilidades dos seus políticos, mesmo que isso custasse a verdade. Mas foi na apresentação do relatório que deixaram mesmo cair a máscara e perderam toda, toda, a vergonha.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Peço aos serviços o favor de reporem 3 ou 4 segundos no Grupo Parlamentar do Chega, porque não parou no tempo devido.

A próxima intervenção — e digo já que não há mais inscrições e se não houver mais inscrições, vou encerrar o ponto — será do Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal. Tem a palavra a Sr.^a Deputada Joana Cordeiro, dispondo de até 3 minutos para o efeito.

A Sr.^a **Joana Cordeiro** (IL): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Discutimos hoje o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito para verificação da legalidade e da conduta dos responsáveis políticos alegadamente envolvidos na prestação de cuidados de saúde a duas crianças tratadas com o medicamento Zolgensma.

Com esta discussão termina uma CPI que, apesar de todas as circunstâncias, contou com o empenho e a responsabilidade da Iniciativa Liberal.

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Muito bem!

A Sr.^a **Joana Cordeiro** (IL): — Digo isto porque esta CPI, imposta ao Parlamento pelo Chega, teve desde o início um objetivo claro: mais do que apurar factos, atribuir culpas, sendo que não foi só o Chega a contribuir para isso.

A Iniciativa Liberal sempre procurou esclarecimentos sobre este caso, ainda na Legislatura anterior solicitámos audições aos responsáveis, que não aconteceram porque a maioria absoluta do Partido Socialista não deixou, e é por isso que esta CPI acontece, porque, mais uma vez, o Partido Socialista fez um favor ao Chega.

Ao longo dos trabalhos, a Iniciativa Liberal manteve uma postura séria e procurou a verdade com isenção, rigor e foco nos factos, mas, infelizmente, vimos demasiadas vezes um passa-culpas e a tentativa de vários partidos em proteger posições e protagonistas.

Houve também quem fosse essencial ouvir, mas as vontades políticas ditaram que esta CPI decorresse em paralelo a um processo-crime, em segredo de justiça, e, como arguidos, tinham o seu direito ao silêncio. Isso teve consequências, obviamente, no desfecho desta CPI.

Chegados ao fim, o primeiro relatório apresentado pela Deputada Relatora, a Deputada Cristina Rodrigues, do Chega, não é factual, não é isento, nem é consensual. Poderia ter sido escrito antes das audições, todas as conclusões já estavam tiradas.

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — Ah, sim, sim!

A Sr.^a **Joana Cordeiro** (IL): — É um documento de um partido e não um documento da Comissão. E, pior, após sucessivos atrasos, foi divulgado publicamente antes de chegar aos Deputados,...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não é verdade!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — É verdade!

A Sr.^a **Joana Cordeiro** (IL): — ... desrespeitando a CPI e desrespeitando este Parlamento.

Vozes do CH: — Não é verdade!

Vozes do BE e do L: — É verdade!

Aplausos da IL, do PSD, do BE, do L e de Deputados do PS.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não é verdade!

A Sr.^a **Joana Cordeiro** (IL): — É verdade, sim senhora.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Se for gamar não há problema!

A Sr.^a **Joana Cordeiro** (IL): — Por tudo isto, a Iniciativa Liberal votou contra esse relatório. E não, propostas de alteração não seriam suficientes, o relatório teria de ser reescrito por completo. Esse esforço acabou por ser assumido pelo PSD e pelo CDS, que apresentaram um relatório alternativo, mais próximo daquilo que nós entendemos que foi a realidade desta CPI, que foi discutido e votado, ponto por ponto. O resultado é um documento mais plural e fiel ao trabalho realizado nos últimos 10 meses, ainda que contenha, naturalmente, conclusões com as quais concordamos e outras nas quais não nos revemos por serem meras opiniões e não factos provados na CPI.

Para terminar, a Iniciativa Liberal lamenta que esta CPI, com um tema tão sensível e de enorme impacto mediático e emocional, nem sempre tenha tido a seriedade que merecia. Acreditamos no papel fiscalizador da Assembleia da República, mas esse papel exige rigor, responsabilidade e compromisso com a verdade, e não a instrumentalização das CPI para fins partidários.

Aplausos da IL e do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — A próxima intervenção cabe à Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, do PAN, que dispõe de 1 minuto para o efeito.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, este relatório que hoje discutimos conseguiu assegurar o equilíbrio e a objetividade. Conseguiu evitar as «histórias da Carochinha» que o Chega quis criar para sustentar uma narrativa não só extremista mas também oportunista do ponto de vista político e que não correspondiam minimamente às conclusões que os dados obtidos naquela Comissão Parlamentar de Inquérito nos permitiam apurar.

Ficou claro que houve um tratamento especial da Casa Civil da Presidência da República em relação a este caso e a Nuno Rebelo de Sousa, e que Lacerda Sales também teve responsabilidades na marcação das consultas, evitando-se a lógica de branqueamento de culpas que alguns anunciavam e que queriam introduzir.

Conseguiu-se também não branquear as responsabilidades da seguradora AMIL e, claro, recomendar às autoridades judiciais que averiguassem a poupança gerada na seguradora pelo tratamento ocorrido no SNS, pois sabemos bem os recursos que isto implica para Portugal e também para as famílias, que esperam não só por consultas, mas por um SNS que seja justo e de acesso igualitário para todas as pessoas.

Mas não podemos esquecer que foi também por proposta do PAN a este relatório que se expôs a fragilidade dos mecanismos de transparência. Com isto se pretende evitar situações como estas no futuro, através de um mecanismo de transparência das agendas, nomeadamente do Governo, algo que deveríamos ter assegurado nesta Legislatura através da lei do *lobbying* e que falhámos ao não conseguirmos...

Protestos do CH.

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — A próxima intervenção é do Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Correia, dispondo de 6 minutos

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, esta Comissão de Inquérito foi uma grande e pesada derrota para o Chega, que desde a primeira hora tudo fez para colocar a CPI ao serviço da sua agenda política.

Em primeiro lugar, a Deputada Relatora, a Sr.^a Deputada Cristina Rodrigues, furtou-se ao diálogo mínimo com os Deputados dos outros partidos, ainda antes de concluir a proposta de relatório que lhe estava confiada pela Comissão de Inquérito, ao arrepio do que seria politicamente recomendável e do bom senso da prática parlamentar.

Em segundo lugar, a Deputada Relatora e o seu partido quebraram o princípio da isenção imposto pelo Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares. Ao fazer uma apresentação pública ao lado do seu líder partidário, através de uma conferência de imprensa inédita e desprestigiante para a figura dos inquéritos parlamentares, a Deputada Relatora permitiu que o Chega se apropriasse da proposta de relatório.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E então?

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Em terceiro lugar, a proposta de relatório apresentada pelo Chega estava dominada por um conjunto de conclusões especulativas sem adesão aos factos apurados.

Sem margem para outro desfecho, a proposta de relatório do Chega foi reprovada com os votos contra dos Deputados de todos os outros partidos, a quem coube viabilizar um relatório final com conclusões que respeitassem os factos apurados.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, os Deputados do Partido Socialista pautaram a sua intervenção pela ausência de partidarite...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ausência?!

Risos dos Deputados do CH André Ventura e Cristina Rodrigues.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — ... e sem pré-julgamentos de ninguém, na busca de responsabilidades e de responsáveis que tivessem prejudicado o interesse público.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Tirando o Lacerda Sales!

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Fizemo-lo nas audições e na documentação requerida. Fizemo-lo nas vezes que tivemos de erguer a voz contra as tentativas de instrumentalização da CPI por parte do Chega,...

O Sr. **João Vale e Azevedo** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — ... quer no recurso abusivo ao direito potestativo, quer na interpretação desmedida da equiparação das comissões de inquérito às autoridades judiciais. Fizemo-lo, acima de tudo, nas conclusões apresentadas, construídas na factualidade apurada, razão pela qual foram aprovadas 22 das 26 conclusões apresentadas pelo Partido Socialista.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, a atribuição da nacionalidade demorou aproximadamente 6 meses — um prazo normal em comparação com processos do mesmo consulado —, decorreu sem qualquer interferência externa e cumpriu todos os trâmites legais. As crianças tinham direito a aceder ao SNS. Não poderia existir uma lista de espera. Nenhuma criança ficou sem tratamento.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não é verdade!

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — O preço concreto do medicamento foi sendo negociado ao longo do tempo, tendo ficado substancialmente abaixo dos 2 milhões de euros cada.

As diligências levadas a cabo por Nuno Rebelo de Sousa, junto dos órgãos de soberania, são a origem deste processo. Intercedeu e atuou de forma insistente junto do Presidente da República, da Casa Civil, do Secretário de Estado da Saúde e do Hospital Lusíadas, em Lisboa, em busca de uma «ajuda maior» para que as crianças fossem tratadas no SNS com o medicamento Zolgensma.

Juliana Rebelo de Sousa, ponto de contacto entre os pais das crianças e Nuno Rebelo de Sousa, era agente de uma seguradora, uma das mais destacadas empresas da Câmara Portuguesa de Comércio de São Paulo, na altura liderada pelo marido. Essa empresa era parceira comercial da seguradora brasileira AMIL, onde os seguros de saúde das crianças foram contratados. A AMIL estava a suportar o tratamento das crianças com o medicamento Spinraza, conforme sentença emitida pelo Tribunal de São Paulo, e à época era detentora de participação social no grupo Lusíadas Saúde, onde foram marcadas as primeiras consultas das crianças em Portugal.

Sobre esta matéria em concreto, uma vez que os meios da CPI se revelaram insuficientes para apurar e esclarecer uma eventual intervenção da seguradora AMIL e dos seus representantes, isto é, uma eventual atuação com o propósito de gerar poupança no tratamento das crianças a que estava obrigada a suportar pela justiça brasileira, pelo facto de as mesmas passarem a ser tratadas em Portugal, o seu cabal apuramento só poderá ser efetuado pelas autoridades judiciais competentes, caso assim se entender.

Existiu uma intervenção especial da Casa Civil da Presidência da República,...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Especial...

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — ... embora não tenha sido identificada qualquer tipo de ilegalidade.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não, foi só especial!

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — O relatório da IGAS (Inspeção-Geral das Atividades em Saúde) revelou-se incompleto; deixou de fora a atuação da Casa Civil do Presidente da República e dos médicos do Hospital de Dona Estefânia.

Foi também concluído pela maioria da CPI que o Secretário de Estado da Saúde deu uma instrução direta e clara à sua secretária para solicitar a marcação da consulta. Esta conclusão, como se sabe, teve a oposição dos Deputados do PS, pelo facto de a única prova não contrariada ser a de que a Secretaria de Estado tinha sinalizado o caso clínico das crianças do Hospital Santa Maria através do envio de um *email*.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, a dificuldade de última hora trazida pelo Chega foi ultrapassada pela CPI, que desta forma soube prestigiar a Assembleia da República, contribuindo para a relação de confiança que os portugueses depositam nos inquéritos parlamentares e nas instituições democráticas.

Deixo duas palavras finais: uma primeira ao Presidente da Comissão, o Deputado Rui Paulo Sousa, que pautou a sua atuação com espírito colaborativo e cordialidade, e uma segunda palavra aos assessores da Comissão e dos grupos parlamentares e aos jornalistas que acompanharam de forma empenhada e irrepreensível os trabalhos do inquérito ao longo dos meses.

Aplausos do PS e do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — A próxima intervenção é do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alfredo Maia, que dispõe de 3 minutos.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta foi a Comissão Parlamentar de Inquérito que ninguém queria, mas que o Chega impôs com propósitos que contaminaram irremediavelmente a condução do processo e um relatório que teria de ser rejeitado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E preço do medicamento?!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Em substituição, o relatório e as conclusões aprovados, aos quais o PCP não aderiu, não respondem a problemas de fundo na génese do caso, tratado, aliás, por vezes com um zelo inquisitorial.

Como o PCP salientou, na sua origem estão fatores que interpelam o Estado e a própria consciência do legislador.

Comecemos pelo preço do medicamento,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — ... que suscitou um incómodo jornalístico-político, não pelo valor em si, apesar de obscuro (falava-se então de 2 milhões de euros por criança), mas pela eventual ilegitimidade no acesso à cura que oferecia.

Para o PCP, nunca esteve em questão o princípio da garantia de acesso às melhores terapêuticas disponíveis.

O que, da nossa parte, se problematizou e se mantém em aberto, mas que os relatórios não trataram, são as razões pelas quais certos medicamentos atingem preços extraordinariamente — e injustificavelmente — elevados. Não se acham justificações plausíveis para os preços impostos pela indústria farmacêutica, não se conhece a composição dos custos no desenvolvimento dos medicamentos, envolvidos numa incógnita muito conveniente ao enorme negócio e poder dos grandes laboratórios. Tão-pouco são conhecidos ou escrutinados os custos e a percentagem de investigação — fundamental e aplicada — suportados por fundos públicos, ou os reais investimentos da indústria e o prazo razoável para a respetiva remuneração.

Neste insuportável jogo de sombras, a indústria captura os Estados — e a própria União Europeia —, que, como Portugal, garantem aos utentes do Serviço Nacional de Saúde o acesso aos melhores medicamentos e tecnologias disponíveis.

Além de imporem os preços que entendem, condicionam a celebração de contratos a cláusulas de confidencialidade sobre valores e condições de pagamento.

Trata-se de negociações opacas ao escrutínio público e de impossível, ou pelo menos muito difícil, comparação transparente com acordos noutros países, impedindo um pequeno país como Portugal de aceder às terapêuticas em condições idênticas às de Estados maiores.

Este problema, Srs. Deputados, confronta o Estado com o imperativo de salvar vidas — vidas que não têm preço! —, mas sobretudo com o dever de não ficar refém de um sistema...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — A próxima intervenção é do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, que dispõe de 3 minutos.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Joana Mortágua.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, basta lembrarmo-nos das comissões de inquérito que se realizaram nesta Assembleia da República sobre falências bancárias, sobre gangsterismo económico, sobre interferência política na comunicação social,...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Ora!

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — ... sobre rendas abusivas na energia, sobre a gestão da TAP (Transportes Aéreos Portugueses), para perceber o perigo em que o Chega pôs o instituto das comissões de inquérito no Parlamento ao querer descredibilizar um dos nossos maiores instrumentos democráticos de fiscalização daquilo que corre mal na governação e na promiscuidade com os negócios.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Aquilo que o Chega pretendeu fazer com um relatório que tinha falsidades, mentiras e omissões foi um assalto institucional às comissões de inquérito, mostrando ao País...

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — Que é necessário na Assembleia da República!

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — ... que é possível transformar uma comissão de inquérito num instrumento de propaganda. E isso é uma vergonha, uma descredibilização e é uma facilidade para todos aqueles que no futuro venham a ser objeto de comissões de inquérito, que ficam agora descredibilizadas, ou ficariam, se todos os outros grupos parlamentares não tivessem travado aquele relatório de falsidades e de mentiras.

Vozes do BE: — Muito bem!

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — A segunda coisa que este relatório ou esta tentativa do Chega mostra é a sua veia inquisitorial. Eu não queria estar sujeita ao poder...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ah!

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — ... que confunde os poderes de uma comissão de inquérito com os poderes de um tribunal,...

O Sr. **André Ventura** (CH): — É o que diz a lei!

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — ... como o Chega fez, querendo aceder a dados privados clínicos de crianças que nada tinham a ver com o assunto, querendo humilhar a mãe de duas crianças doentes, apenas para efeitos mediáticos, querendo aceder a mensagens privadas de pessoas, coisa que apenas pode ser acedida por ordem de um tribunal.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Tens de emigrar!

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Esta comissão de inquérito disse muito sobre o Chega...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Ai disse, disse!

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — ... e muito pouco sobre o resto.
O Ministério Público vai aprovar a conclusão que aqui tirámos:...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Vai, vai!

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — ... o filho do Presidente da República interferiu junto do Secretário de Estado, Lacerda Sales, para que se realizasse a consulta. Vai também confirmar, espero eu, aquilo que concluímos.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Como é que sabes o que é que vai confirmar?

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Vai confirmar que estas crianças tinham direito à nacionalidade, que estas crianças tinham direito a aceder ao SNS, que estas crianças tinham direito ao medicamento e que não ultrapassaram ninguém no acesso ao medicamento. Tudo o resto é uma forma de o Chega descredibilizar a Assembleia da República.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, uma última nota: só um SNS que responde a todos em tempo útil é um SNS livre de suspeitas, de cunhas e de favores.

Há um comportamento eticamente reprovável; existe na forma como este processo foi conduzido. Mas é defendendo o SNS para todos e o seu acesso a todos que nós também defendemos o SNS deste comportamento eticamente reprovável de abusos, de cunhas e de favores que não podem existir.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — A próxima intervenção é do Grupo Parlamentar do Livre. Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Muacho, dispondo de até 3 minutos para o efeito.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, muito boa tarde.

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito tinha um problema base: na vontade do Chega de atropelar a justiça, ela tinha exatamente o mesmo objeto que um processo judicial criminal a ser investigado. E é óbvio que isso limitou os trabalhos da Comissão.

Burburinho nas bancadas do PSD, do CH e da IL.

Pausa.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Desculpe!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Se os Srs. Deputados quiserem continuar a conversar...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Oh!...

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — É óbvio que o processo criminal, a correr, limitou os trabalhos da comissão, como também os limitaram os pareceres que foram pedidos: de todas as vezes que foram pedidos, não deram razão ao Chega...

Protestos da Deputada do CH Cristina Rodrigues.

O Chega queria extrapolar completamente os poderes da comissão parlamentar de inquérito, queria ter poderes completamente absolutos para investigar quem quisesse, para aceder a todas as comunicações que fossem possíveis, e ainda bem que isso não foi permitido, porque esta forma de tentar passar os limites, de tentar passar por cima de qualquer regra e de qualquer limitação é extremamente perigosa.

Esta CPI, como já aqui foi dito várias vezes, começou, por vontade do Chega, já com as conclusões tiradas. Isso foi muito óbvio para todos, desde o início, e o relatório final apresentado pela relatora foi só o exemplo mais acabado disso mesmo: desde a apresentação do relatório, com o líder partidário ao lado, fazendo crer à opinião pública que se tratava das conclusões da comissão, quando não eram, até a um relatório que estava pejado de conclusões completamente fantasiosas, de factos importantes que eram completamente desconsiderados e de citações truncadas. Portanto, em boa hora foi chumbado por todos os outros grupos parlamentares.

No final de todo este trabalho, no final destas dezenas de audições, destas dezenas de reuniões que a comissão parlamentar de inquérito teve,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Só foste a metade!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — ... a verdade é que toda esta cruzada quixotesca do Chega acabou por ser uma montanha a parir um rato, porque não ficámos a saber praticamente nada de novo relativamente àquilo que já sabíamos no início. Não ficámos a saber, praticamente, factos novos que nos permitissem tirar algum tipo de conclusões, senão aquilo que as investigações jornalísticas já tinham mais ou menos demonstrado.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Mais ou menos!...

O Sr. **Paulo Mucho** (L): — Os factos já indiciavam que, sim, terá havido uma intervenção do filho do Sr. Presidente da República e, sim, terá sido o ex-Secretário de Estado Lacerda Sales a pedir a marcação da consulta, mas, além disso, nada mais conseguimos apurar.

O Sr. **André Ventura** (CH): — E não era importante?!

O Sr. **Paulo Mucho** (L): — Entretanto, passaram estes meses todos, com o Parlamento ocupado com esta temática,...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Ah! Era de ignorar...

O Sr. **Paulo Mucho** (L): — ... o Chega a tentar demonstrar, à força toda, as suas conclusões — no fundo, a tentar passar culpas e envolver toda a gente, e mais alguma possível, neste caso — e, no fim, foi mesmo uma montanha que pariu um rato.

Aplausos do L.

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — A próxima intervenção é do Grupo Parlamentar do CDS-PP e tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida, que dispõe de até 3 minutos.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O instrumento dos inquéritos parlamentares é um instrumento fundamental numa democracia moderna e, no Parlamento português, ao contrário do que muitas vezes é a perceção tida de fora, já permitiu fazer o apuramento de factos e de responsabilidades em muitos casos complexos. Em vários deles, já permitiu que o Ministério Público, com base nos trabalhos desenvolvidos pelo Parlamento, viesse depois a fazer aquilo que lhe compete, que é o trabalho de preparação de uma acusação que venha a ter o seu curso também em processo criminal.

É muito relevante que não desvalorizemos o instrumento dos inquéritos parlamentares e os direitos protestativos que lhes estão associados, porque os inquéritos parlamentares só têm essa dimensão se for possível às minorias usarem-nos em alturas em que, obviamente, as maiorias os chumbariam e não permitiriam o apuramento desses factos. Portanto, que não se ponha em crise a possibilidade de as minorias poderem aprovar e promover processos de inquérito parlamentar.

Por outro lado, também não se pode pôr em crise a credibilidade dos inquéritos parlamentares utilizando um direito potestativo para desenvolver uma narrativa e conseguir transformar em supostos factos aquilo que são, com a maior das benevolências, suspeitas legítimas. E, portanto, aquilo que aconteceu neste processo foi a utilização legítima de um instrumento parlamentar, mas, do nosso ponto de vista, foi uma utilização que, depois, teve uma concretização que não dignificava o trabalho dos inquéritos parlamentares. Isto porque, na primeira versão do relatório da Sr.^a Deputada Cristina Rodrigues — que cumprimento e a quem apresentamos, obviamente, o nosso reconhecimento pelo trabalho —, a versão que era apresentada não correspondia àquilo que, efetivamente, foi possível apurar nos trabalhos da comissão parlamentar de inquérito.

Acho que qualquer inquérito parlamentar termina com cada um dos membros que participou a ter muito mais convicções do que aquelas certezas que podem ser expressas num relatório, e esta é a responsabilidade que nós temos, enquanto representantes, enquanto titulares de cargos políticos: não podemos verter num relatório aquelas que são as nossas convicções; nós só podemos verter num relatório aquilo que, efetivamente, foi possível apurar. E isso também implica um trabalho, que tem de ser feito na elaboração de um relatório, de auscultar todos os outros Deputados que participaram no inquérito parlamentar, para que seja possível tirar conclusões que sejam, efetivamente, sustentáveis. Não aconteceu isso.

Foi possível aprovar — e cumprimento o Sr. Deputado António Rodrigues por isso — um relatório alternativo, que é o mínimo denominador comum. Obviamente, eu tenho mais conclusões do que aquelas que estão no relatório, mas essas não são conclusões da comissão, são aquelas com que eu fiquei e, obviamente, isso não me permite juntá-las ao relatório.

Cumprimento também o Sr. Deputado Rui Paulo Figueiredo...

O Sr. **Rui Paulo Sousa** (CH) — Sousa!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — ... Rui Paulo Sousa,...

Risos de Deputados do CH.

... por ter presidido de forma exemplar aos trabalhos da comissão, e todos os funcionários da comissão. Foi possível apurar muitos factos, esperemos que eles tenham consequência na justiça.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Chegamos ao fim deste ponto...

Pausa.

Temos, então, ainda mais uma inscrição.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Cristina Rodrigues, do Grupo Parlamentar do Chega, até 1 minuto e 59 segundos.

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: De facto, quase vos batia palmas, não por serem bons Deputados ou por terem feito um bom trabalho, mas porque fizeram realmente uma grande encenação, aqui, hoje.

Vozes do CH — Muito bem!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Encenação especial do Chega!

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — É que, realmente, há 50 anos que o PS e o PSD andam a ludibriar os portugueses, e isso ficou muito, muito evidente nesta comissão de inquérito.

Protestos da Deputada do PS Marina Gonçalves.

Houve um relatório em que se viu claramente que PS e PSD acordaram alterações nas suas conclusões,...

Vozes do CH: — Muito bem!

Protestos de Deputados do PS, do Deputado do PSD António Rodrigues e do Deputado do L Paulo Muacho.

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — ... para que pudessem chegar a um consenso.

O Sr. **André Ventura** (CH) — Muito bem!

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — Mas ficou mais do que evidente — e qualquer pessoa que veja vai concordar com aquilo que estou a dizer, por mais que isso a chateie — que foi, claramente, um caso de «uma mão lava a outra».

O PS apresentou uma conclusão que dizia que «a Casa Civil tratou o processo de forma especial, como é possível comprovar na comparação dos outros processos similares a que a CPI teve acesso», mas depois, no dia, faz uma alteração em que diz que, afinal, realmente, foi especial...

Risos do Deputado do CH Pedro Pinto.

... Pá, mas não houve ilegalidade nenhuma!

O Sr. **André Ventura** (CH) — Ora bem!

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — Está tudo bem!...

O Sr. **André Ventura** (CH) — Para o PS!

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — Curiosamente, depois, o PSD decide fazer também uma alteração, por causa de Lacerda Sales. Então, quanto à parte onde dizia que, efetivamente, «[...] os documentos comprovam a existência de uma participação por ação do Secretário de Estado e, conseqüentemente, tiveram acesso à primeira consulta [...]», o PSD pensou melhor e achou que, afinal, não era necessária e que a podiam retirar.

O Sr. **André Ventura** (CH) — Sabem o que é isto?!

O orador esticou os braços e entrelaçou uma mão na outra.

É há 50 anos assim!

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — Srs. Deputados, não é porque repetem várias vezes uma mentira que ela se torna verdade.

Aplausos do CH.

E não é porque vocês mentem aqui que os portugueses, em casa, não sabem o que aconteceu e não sabem qual é a verdade dos factos.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para uma intervenção pelo Grupo Parlamentar do PSD, tem a palavra o Sr. Deputado António Rodrigues, que dispõe de até 2 minutos para o efeito.

Vozes do CH: — Oh!...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ó António, outra vez?! Já sabemos o que vai dizer!

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Regresso à tribuna, agora na condição de Deputado do PSD na comissão parlamentar de inquérito, e começo por dizer que, felizmente para o País, a verdade do Chega não é a verdade dos factos nem é a verdade de todos nós, que somos protagonistas deste panorama político, que é o de tentar encontrar, dentro de uma comissão parlamentar de inquérito, algo que tenha um objeto e uma finalidade.

O Chega virou este processo ao contrário! Primeiro, encontrou os fins e, depois, tentou encontrar os meios para chegar aos fins que tinha previsto inicialmente.

Aplausos do PSD.

E que fins eram esses? Eram alvos postos nas costas de titulares de cargos políticos em Portugal: o Presidente da República, por um lado, um ex-Secretário de Estado, por outro, e um filho do Presidente da República — estes eram os objetivos.

Não importavam os fatos, não importava o apuramento da verdade, a única coisa relevante era ir ao alvo, era fazer tiros. E recordem-se disto: o primeiro a ser ouvido foi o ex-Secretário de Estado da Saúde, no âmbito da campanha para o Parlamento Europeu, apenas e só para minimizar um partido.

Não eram factos que estavam em causa, era, apenas e só, o circo. O circo em que o Chega transformou toda esta comissão parlamentar, em todo o tempo em que esteve presente.

Protestos do Deputado do CH Rui Paulo Sousa.

Tentou fazê-lo nas audições, tentou fazê-lo nos documentos, tentou fazê-lo em todos os momentos. Até o tentou fazer hoje, dizendo que tentou carrear documentos para a comissão, coisa que... Se houve alguém que contribuiu com documentos para a comissão não foram os Deputados do Chega, mas sim os Deputados dos outros partidos.

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — O quê?!

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — E recordo os processos judiciais de um tribunal no Brasil, a apólice de seguro, tão relevante quanto isso, para vos dizer apenas isto: nós fomos para a comissão parlamentar de inquérito convictos de encontrar a verdade. Carreámos todos os documentos, possíveis e impossíveis. Eu, pessoalmente, fui titular de uma situação inovadora para o Parlamento português, uma ação contra o Parlamento português em que o visado era eu, apenas e só porque introduzi documentos na própria comissão parlamentar de inquérito. E isto demonstra a faculdade que o Chega teve de tentar ludibriar todos, com todas estas situações, num comportamento inadmissível para uma comissão parlamentar de inquérito, com conclusões previamente tiradas e situações previamente desenhadas, como se viu em todas as situações em que houve reuniões e aparecia alguém do Chega, nomeadamente o seu presidente, a comentar aquilo que se iria discutir na própria comissão, a dar a sua própria posição, tirando, dia-a-dia, conclusões daquilo que estaria ainda em causa.

Por isso, nós não encontrámos nada de errado no processo de nacionalidade, como aqui já foi dito.

Vozes do CH: — Nada!

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Nós não encontrámos nada de errado, junto dos próprios médicos do Hospital de Santa Maria,...

Vozes do CH: — Nada!

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — ... que, de forma profissional, trataram crianças cujo diagnóstico foi feito de forma correta.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Transparência!? A escola é a mesma!

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Nós não encontrámos nenhuma ilegalidade da parte da Presidência da República, não obstante todos os esforços do Chega nesta matéria.

Recordemos o princípio de tudo isto: o princípio de tudo isto era a vontade que o Chega tinha de criar um facto político em cima de uma reportagem televisiva — com o seu mérito, com a sua interpretação —, e nós conseguimos encontrar soluções diferentes daquilo que a própria reportagem televisiva tinha.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Ah, isso é verdade!...

Risos de Deputados do CH.

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Portanto, é seguramente importante termos em atenção o mérito de uma reportagem televisiva que levantou esta situação, mas também o mérito daqueles que tentaram fazer disto um caso político, onde não havia substrato, onde não havia dimensão, onde não havia profundidade, apenas e só porque tinham dois alvos em toda esta matéria:...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — PS e PSD!

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — ... um, em que a comissão concluiu não haver qualquer tipo de ilegalidade no seu comportamento — demonstrem factual e documentalmente qualquer tipo de intervenção incorreta por parte da Presidência da República —; e outro, que teve uma intervenção que nós considerámos além daquilo que devia ter sido feito, como ficou plasmado nas conclusões do relatório e é claro.

E há uma questão fundamental: de todo este trabalho feito na comissão parlamentar de inquérito, das conclusões enviadas para o Ministério Público, há um processo-crime a correr — porque há, e é também importante que o digamos! — a par desta comissão e que apurará o que tiver de apurar, de uma forma isenta, como o Ministério Público fará e os tribunais portugueses também.

Há um processo-crime a correr. A nós não nos compete criminalizar ninguém, compete-nos apurar factos, e nas conclusões do relatório, bem como nas recomendações do relatório, estão os factos que foram apurados. Não umas quaisquer invenções, não uma qualquer não-factualidade que o Chega quis desde o princípio, mas, apenas e só, o resultado final de um trabalho laborioso, de muitas sextas-feiras à tarde que foram aqui passadas, neste Parlamento — o que, curiosamente, fez com que muita gente se aproximasse deste Parlamento para assistir àquilo que o Chega tentou fazer, mas não conseguiu.

É importante que se diga que, de tudo aquilo que hoje se conclui, e como já aqui foi referido, são as comissões parlamentares de inquérito que saem, de alguma forma, beliscadas. Porque agora precisamos de construir todo um espaço, precisamos de reconstruir toda uma narrativa junto das próprias comissões parlamentares de inquérito, para que elas não sejam, única e exclusivamente, instrumentos para um partido ou alguns Deputados tentarem encontrar um fim que já está definido desde o princípio.

E é bom que façamos também aqui uma reflexão, principalmente sobre as comissões parlamentares potestativas. Lembremos os poderes que têm todos aqueles que as iniciam: têm o presidente, têm o relator, podem indicar todo um conjunto de declarantes ou de depoentes para essas mesmas comissões parlamentares de inquérito, condicionando, à partida, tudo aquilo que está no âmbito de uma comissão parlamentar. É bom que reflitamos sobre isto, porque se queremos tirar a dimensão acusatória e dirigida por parte de uma comissão parlamentar de inquérito, se queremos voltar a dar-lhes a dimensão que tiveram no passado — e que já aqui foram referenciadas como relevantes —, tratemos as comissões parlamentares de inquérito com a dignidade que elas devem ter, politicamente, neste Parlamento, e deixemos ao Ministério Público e aos tribunais tudo aquilo que é o apuramento da verdade dos factos, àqueles que os sabem tratar, não com uma agenda política, mas com uma agenda que se pretende que seja real, e que as conclusões correspondam aos factos.

Esta comissão de inquérito conseguiu fazer isto, no final, mas não foi por obra do Chega, antes pelo contrário. Foi por obra e graça de todos os outros Deputados que souberam dignificar o Parlamento...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD e de Deputados do PS, da IL e do BE.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Tem agora a palavra a Sr.^a Deputada Joana Mortágua, do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, que dispõe de 17 segundos.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, numa nota positiva, queria referir que saiu a notícia de que o medicamento de *Zolgensma* passou a ser participado no Brasil pelo equivalente ao SNS. Depois de anos em tribunal contra a seguradora que lhes negava o acesso ao medicamento, agora, qualquer cidadão brasileiro vai ter acesso ao medicamento mais caro do mundo, e isso não é graças aos prestadores privados, mas ao equivalente ao SNS brasileiro — e é assim que tem de ser.

Aplausos do BE.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Então podem ficar lá, em vez de virem para cá!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Qual foi o laboratório que fez o medicamento? É público ou privado?

O Sr. **André Ventura** (CH): — Privado!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Claro!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para uma intervenção por parte do Grupo Parlamentar do Chega, tem a palavra a Sr.^a Deputada Cristina Rodrigues, dispondo de 32 segundos.

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — Sr. Presidente, queria só dizer que não é culpa do Chega que haja envolvimento de governantes ou titulares de cargos políticos, de alguns partidos aqui representados, que não sejam nossos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — Se há políticos que estão envolvidos, a culpa não há de ser do Chega!

Vozes do CH: — Muito bem!

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — Portanto, uma comissão parlamentar de inquérito é para isso mesmo, para verificar a responsabilidade de políticos que tenham interferido de forma errada — o que aqui aconteceu, evidentemente.

Da vossa parte, aquilo que ficou claro é que nunca quiseram a verdade,...

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — O Chega também não queria!

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — ... quiseram sempre proteger os vossos...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — ... e queriam atacar o Chega. Não conseguiram!

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para uma intervenção do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Correia, dispondo de 44 segundos.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Sr. Presidente, esta comissão de inquérito tinha tudo para correr mal.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É sempre!

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — A irresponsabilidade do Chega foi total,...

Protestos do CH.

... desde o início.

Continuação de protestos do CH.

Quero recordar que a primeira audição — e isto nunca tinha acontecido numa comissão parlamentar de inquérito — foi feita sem que os Deputados da comissão de inquérito tivessem a documentação em sua posse. E muito menos tinham tido a possibilidade de a ler e estudar!

E sabe porque é que ela foi feita? Porque houve eleições para o Parlamento Europeu e os senhores quiseram usar a comissão de inquérito para fins eleitorais.

Aplausos do PS.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Um drama!

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Depois, mais à frente, quiseram chamar o ex-Primeiro-Ministro à comissão de inquérito porque nessa semana se iniciou a discussão da presidência do Conselho Europeu.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ah! Devia ter vergonha!

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — O Chega tentou usar a comissão de inquérito para a sua agenda política, mas não conseguiu. E foram os outros partidos que salvaram o instrumento, o instituto do inquérito parlamentar.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — A Mesa não regista mais inscrições, pelo que podemos encerrar este ponto, e encerramos assim esta reunião da Comissão Permanente. Voltamos a reunir no dia 16 de abril, outra vez em formato de Comissão Permanente.

Muito obrigado e boa tarde.

Eram 16 horas e 53 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.